

PROJETO DE LEI

Autoriza a União a ceder, de forma integral, o direito à sua parcela do excedente em óleo proveniente de contratos de partilha de produção e de acordos de individualização da produção em áreas não contratadas na área do pré-sal ou em áreas estratégicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a ceder, de forma integral, a sua parcela do excedente em óleo proveniente de contratos de partilha de produção e de acordos de individualização da produção em áreas não contratadas na área do pré-sal ou em áreas estratégicas de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, por meio de licitação na modalidade leilão.

§ 1º A cessão de que trata o **caput** implicará a inclusão do vencedor da licitação no consórcio a que se refere o art. 20 da Lei nº 12.351, de 2010, e a exclusão da Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA da relação contratual, nos termos do disposto no edital de licitação.

§ 2º A cessão de que trata o **caput** será formalizada por meio de termo aditivo aos contratos de partilha de produção, a ser celebrado entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, o cessionário e o contratado sob o regime de partilha de produção, com a interveniência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e da PPSA.

§ 3º Após a cessão de que trata o **caput**, a União não responderá pelo descumprimento de obrigações por parte do cessionário ou do contratado sob o regime de partilha de produção.

§ 4º A cessão de que trata o **caput** não prejudicará as receitas governamentais previstas no art. 42 da Lei nº 12.351, de 2010.

Art. 2º A cessão de que trata o **caput** do art. 1º dependerá da prévia e expressa anuência do contratado sob o regime de partilha de produção em relação à minuta de termo aditivo que integrará o edital de licitação.

Parágrafo único. A anuência de que trata o **caput**:

I - ocorrerá antes da publicação do edital de licitação; e



II - será irrevogável e irretratável.

Art. 3º Os termos aditivos aos contratos de partilha de produção de que trata o § 2º do art. 1º conterão cláusulas que tratem:

I - da composição e do funcionamento do comitê operacional após a cessão, inclusive a forma de indicação da presidência e a definição do poder de veto e do voto de qualidade, observadas as competências estabelecidas no art. 24 da Lei nº 12.351, de 2010; e

II - da previsão de instauração de procedimento arbitral na hipótese de divergência entre os integrantes do comitê operacional acerca da apuração do custo em óleo.

Art. 4º Competirá ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério da Economia, com subsídios da ANP e da PPSA, proporem ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, para cada um dos contratos de partilha de produção e dos acordos de individualização da produção, o valor mínimo a ser pago à União pela cessão de que trata o **caput** do art. 1º, observadas as diretrizes estabelecidas pelo CNPE.

Art. 5º Competirá à ANP elaborar as minutas do edital de licitação, do contrato para a cessão e do termo aditivo ao contrato de partilha de produção e realizar o procedimento de licitação para a cessão de que trata o **caput** do art. 1º, observadas as diretrizes estabelecidas pelo CNPE.

Art. 6º Sem prejuízo de suas demais atribuições, competirá ao CNPE, em relação à cessão de que trata o **caput** do art. 1º:

I - estabelecer as diretrizes para a licitação;

II - aprovar o valor mínimo de que trata o art. 4º, proposto conjuntamente pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Ministério da Economia, o qual deverá constar do edital de licitação; e

III - aprovar o edital de licitação e as respectivas minutas de contrato para a cessão e de termo aditivo ao contrato de partilha de produção propostos pela ANP.

Art. 7º Após a cessão de que trata o **caput** do art. 1º, os consorciados e o cessionário poderão pactuar ajustes para tratar dos direitos e das obrigações entre si, respeitadas:

I - as atribuições do comitê operacional perante o órgão regulador de que tratam os incisos I a IV do art. 24 da Lei nº 12.351, de 2010; e

II - os direitos da União previstos nos respectivos contratos de partilha de produção ou nos acordos de individualização da produção.

Art. 8º Ocorrida a cessão de que trata o **caput** do art. 1º, a empresa pública a que se refere o § 1º do art. 8º da Lei nº 12.351, de 2010, não mais exercerá, para o contrato de partilha de produção e para os acordos de individualização da produção, as competências estabelecidas no art. 4º da Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010.



Art. 9º Os contratos objeto da cessão prevista no **caput** do art. 1º permanecerão regidos pelas disposições da Lei nº 12.351, de 2010, naquilo em que não contrariarem as disposições desta Lei.

Art. 10. O produto da receita da cessão de que trata o **caput** do art. 1º não terá vinculação a órgão ou a despesa e não será aplicado o disposto no art. 46 da Lei nº 12.351, de 2010.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

PL-CESSÃO PARCELA EXCEDENTE EM ÓLEO (EMI 160 ME MME)

Apresentação: 09/02/2022 17:09 - Mesa

PL n.1583/2022



Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à sua consideração, a anexa proposta de Projeto de Lei que autoriza a União a ceder, de forma integral e definitiva, o direito à sua parcela do excedente em óleo e gás proveniente de contratos de partilha de produção e acordos de individualização da produção em áreas não contratadas na área do pré-sal ou em áreas estratégicas e dá outras providências.
2. A proposição objetiva minimizar os custos fiscais e de transação que prejudicam não apenas o setor público, mas também os agentes privados que atuam no modelo de exploração e produção.
3. Trata-se de oportunidade de monetização do petróleo, em momento oportuno em que o preço do barril chegou ao maior valor dos últimos 10 anos e há forte demanda por esse produto no mercado, direcionando seus esforços futuros para um ambiente competitivo que promova a transição de sua matriz energética para fontes renováveis.
4. Cabe lembrar que o regime de partilha de produção caracteriza-se, entre outros aspectos, pela participação compulsória do governo federal no consórcio vencedor da licitação do bloco a ser explorado no pré-sal. Essa participação ocorre mediante o Comitê Operacional, em que a União indica metade dos seus integrantes, inclusive o seu Presidente, que tem poder de veto e voto de qualidade. A União é representada pela Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A - PPSA no referido Comitê.
5. Como consequência da participação compulsória da União no regime de partilha, tem-se que parte do óleo e gás natural obtidos com a exploração serão repassados in natura para a União, que poderá comercializá-los por meio da PPSA.
6. Contudo, a PPSA enfrenta questões operacionais e de logística que dificultam a sua comercialização, uma vez que essa atividade requer que se retire o produto in loco em áreas de exploração, com navios específicos e custos e riscos inerentes a atividades. Para comercializar o óleo da União, a PPSA deve exercer atividades similares a de traders privados, o que demanda atribuições complexas a fim de que a estatal consiga maximizar a receita da União.
7. Entretanto, deve-se ter presente que tanto a presença obrigatória da União no consórcio vencedor, como todas as prerrogativas atribuídas legalmente ao ente federal são precificados de maneira negativa pelos agentes privados participantes do consórcio, o que tende a resultar em diminuição de percentual de óleo para a União.
8. Uma vez que na partilha o lance é dado com base no maior percentual de excedente em óleo a ser pago à União, isso implica que a União passa a compartilhar o risco associado ao negócio principal.



realizada ainda este ano, ela trará ao exercício de 2022 o valor presente de fluxos futuros de receitas de partilha, resultando necessariamente em uma receita de cessão este ano maior que a parcela da receita esperada da partilha em 2022 eventualmente cedida.

16. O demonstrativo apresentado utiliza em sua metodologia a premissa de que a cessão poderia ocorrer já em 2022 e contemplaria 100% dos direitos de comercialização existentes. Nesse caso, se por um lado não haveria redução de receita para 2022 (na realidade haveria um aumento em 2022), por outro, as estimativas de receitas de comercialização do excedente em óleo para 2023 e 2024 restariam zeradas. Dentro dessa premissa, é imperativo considerar, já no PLOA 2023, a perda da receita de comercialização.

17. Essas, Senhor Presidente, são as razões que justificam a elaboração do Projeto de Lei que submetemos à sua elevada apreciação e que sugerimos seja encaminhada às Casas Legislativas com pedido de urgência constitucional em sua tramitação.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcelo Pacheco dos Guaranys, Adolfo Sachsida

